

CONHECIMENTO: A MELHOR ALTERNATIVA PARA ENFRENTAR DESAFIOS GLOBAIS



CHRISTIAN LOHBAUER
Presidente da CropLife Brasil (CLB)

Não raro, inovações como os pesticidas são discutidas em termos rasos. Em tempos de mudanças climáticas, essa é uma armadilha na qual a sociedade não pode cair.

O BRASIL é um dos campeões de exportações em diversos segmentos da agricultura, a exemplo de soja, milho, café, açúcar, carne bovina e carne de frango. O destino desses alimentos, além do mercado local, é o mundo todo (mais de 150 nações). Isso mostra como o País é um *player* relevante para a segurança alimentar global. Entretanto, esse lugar de destaque também impõe um desafio.

O Brasil usa menos de 8% do seu território para a produção agrícola. E, diante da necessidade global de alimentar uma população crescente, há pressão para a agricultura do País produzir mais. Como fazer isso sem aumentar a área plantada? A resposta é produtividade. Mas essa solução é mais fácil no discurso do que na prática.

Atualmente, até 40% da produção agrícola do mundo é perdida por ano pelo ataque implacável de pragas. Pelas estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), as colheitas devem reduzir-se, em função das mudanças climáticas, de 10% a 25% até 2050. Ou seja, aumentar a produtividade não é uma questão de querer, mas de conseguir. Por isso, os agricultores voltam-se à tecnologia para plantar e colher alimentos.

HÁ PRESSÃO PARA QUE A AGRICULTURA BRASILEIRA PRODUZA AINDA MAIS. MAS COMO FAZER ISSO SEM AUMENTAR A ÁREA PLANTADA? A RESPOSTA É AUMENTANDO A PRODUTIVIDADE.

A indústria agrícola trabalha para continuar sendo a principal parceira na superação desses obstáculos. Ao longo de gerações, encontrou soluções que tornaram a atividade mais resiliente, segura e sustentável. Isso ocorreu até aqui e segue como compromisso para o futuro. Nesse sentido, é fundamental debater uma tecnologia que revolucionou a agricultura, sem a qual seria impossível produzir na quantidade e na qualidade necessárias: os pesticidas.

Esses produtos fitossanitários são usados para proteger as plantas de pragas e doenças. Em ambientes tropicais, como o do Brasil, essas ameaças à agricultura são frequentes e devastadoras. A adoção desses produtos é uma condição para se colher tanto em tão pouca área. Junto a outras ferramentas, eles tornam a agricultura viável ambiental, social e economicamente. Mas falar de pesticidas nunca é uma tarefa fácil. Quem se propõe a isso vê-se, com frequência, diante de um debate infrutífero e altamente polarizado entre críticos contumazes e defensores ferrenhos.

Para fugir desse impasse, a única alternativa é recorrer às evidências. Uma delas é a histórica. O uso de substâncias químicas na agricultura não é recente. Os sumérios, há aproximadamente 5 mil anos, já usavam enxofre bruto para proteger suas colheitas de insetos invasores. Muitos anos depois, na época medieval, o uso de arsênico e chumbo também era comum em culturas.

Já no século passado, ao longo dos anos 50 e 60, houve um aumento do uso de fertilizantes e pesticidas. Foi isso que permitiu o expressivo incremento na produtividade agrícola global, razão pela qual esse evento histórico é conhecido como Revolução Verde. Fica claro que os produtos fitossanitários acompanham a humanidade há milênios – no começo, de maneira intuitiva e, com o passar dos anos, de forma mais sistemática e estudada. E isso evoca uma segunda evidência muito pertinente nessa discussão: a científica.

EM AMBIENTES TROPICAIS, COMO O BRASIL, PRAGAS SÃO MAIS FREQUENTES E DEVASTADORAS. A ADOÇÃO DE PESTICIDAS É UMA CONDIÇÃO PARA SE COLHER TANTO EM TÃO POUCA ÁREA.

Hoje, mais de 150 estudos diferentes são realizados para registrar um novo ingrediente ativo. Essa é a condição para atender os requisitos do Brasil e, também, de países da União Europeia (UE), dos Estados Unidos (EUA), da China e da Índia, por exemplo. Especificamente no Brasil, a regulamentação compreende um processo técnico minucioso, que é conduzido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A combinação dessas duas abordagens mostra que, conforme o conhecimento científico sobre esses produtos aumentou, a regulamentação para garantir a segurança do agricultor e do consumidor também ficou mais rigorosa. Entretanto, o ritmo em que as inovações nessa área ocorrem e a velocidade com que os marcos regulatórios são propostos e revisados são diferentes.

Nesse sentido, o Projeto de Lei (PL) nº 6.299/02, aprovado na Câmara dos Deputados em fevereiro deste ano e que ainda tramita no Senado sob o nome de PL nº 1.459/22, moderniza a legislação que regula a avaliação e o registro de pesticidas no Brasil. Até então, vigorava no País a Lei nº 7.802, também chamada de Lei dos Agrotóxicos, que foi promulgada em 1989 e passou por poucas atualizações desde então. Conseqüentemente, algumas das exigências de mais de trinta anos atrás não fazem mais sentido, e diversos outros conhecimentos desenvolvidos desde então precisam ser levados em conta.

Assim, apesar de ser um assunto que desperta paixões, é preciso um olhar frio e uma análise profunda para que realmente haja uma contribuição no debate sobre o uso de produtos fitossanitários. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, faz uma avaliação razoável. Segundo ela, “os

pesticidas são largamente utilizados na agricultura e trazem consideráveis benefícios ao contribuir para uma produção sustentável. Entretanto, se forem usados de maneira inadequada, podem representar um risco inaceitável para a saúde humana e animal e para o meio ambiente”. Essa também é a abordagem da indústria que pesquisa e desenvolve pesticidas.

Para aumentar as chances de se colherem apenas os benefícios, o setor trabalha incansavelmente em formulações cada vez mais específicas e na investigação de produtos mais eficientes. Além disso, investe em programas abrangentes de boas práticas e consórcios de tecnologias integradas que entregam cada vez mais segurança, qualidade e sustentabilidade. Tudo isso revela o compromisso de fazer parte da solução para os desafios de ontem, de hoje e do futuro. ■

PL Nº 1.459/22, QUE TRAMITA NO SENADO, MODERNIZA A LEGISLAÇÃO DE PESTICIDAS NO BRASIL. HOJE, VIGORA UMA LEI DE 1989, QUE PASSOU POR POUCAS ATUALIZAÇÕES DESDE ENTÃO.



GETTY IMAGES/ISTOCKPHOTO